



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O SERVIÇO SOCIAL: A INTERLOCUÇÃO NECESSÁRIA

Luiz Marcos de Lima Jorge¹

Carina Lacerda de Macedo Soares e Silva²

Victória do Livramento³

Lívia Marcela Jardim de Oliveira⁴

Leticia Pereira Jural⁵

Sara Carvalho Lima de Araújo⁶

Amanda Leandro Bispo de Aguiar⁷

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão sobre algumas características da formação social brasileira e a importância desta temática na formação acadêmica no serviço social. Observamos, através do projeto de pesquisa, que a forma subalterna de inserção do Brasil no sistema capitalista mundial está diretamente relacionada com a história do país. Entendemos que o estudo e o entendimento das refrações da questão social permite ao serviço social uma intervenção qualificada e, ao mesmo tempo, transformadora da barbárie cotidiana, presente na vida da população brasileira.

Palavras-chave: formação social brasileira, formação profissional, serviço social.

Abstract: This article aims to present a reflection about some technical features of Brazil' social formation and the importance of this subject in the academic formation in social services. We observe through this research Project, that the inferior way of Brazil in world's capitalism system is directly related to country's history. We understand that study and understanding of the refractoins of social issues allows to social service a qualified and transformative intervention in the barbarism presente in brazilian population's life.

Key words: brazilian social formation, professional qualification, social service.

1 - Introdução

¹ Professor com formação em Serviço Social, Escola de Serviço Social/Universidade Federal Fluminense, E-mail: jovialmariana@uol.com.br.

² Estudante de Graduação, Escola de Serviço Social/Universidade Federal Fluminense, E-mail: jovialmariana@uol.com.br.

³ Estudante de Graduação, Escola de Serviço Social/Universidade Federal Fluminense, E-mail: jovialmariana@uol.com.br.

⁴ Estudante de Graduação, Escola de Serviço Social/Universidade Federal Fluminense, E-mail: jovialmariana@uol.com.br.

⁵ Estudante de Graduação, Escola de Serviço Social/Universidade Federal Fluminense, E-mail: jovialmariana@uol.com.br.

⁶ Estudante de Graduação, Escola de Serviço Social/Universidade Federal Fluminense, E-mail: jovialmariana@uol.com.br.

⁷ Estudante de Graduação, Escola de Serviço Social/Universidade Federal Fluminense, E-mail: jovialmariana@uol.com.br.

Podemos afirmar que, desde a década de 1980, o serviço social brasileiro apresenta um duplo e contraditório movimento: de um lado, um movimento representativo, que impulsionou o processo de ruptura com a herança conservadora da profissão; num movimento contrário, verificou-se o aprofundamento de uma reação (neo) conservadora, apoiada, dentre outros elementos, na negação da sociedade de classes.

O “Congresso da Virada” em 1979, a promulgação dos códigos de ética profissional do assistente social em 1986 e 1993 e a lei de regulamentação da profissão de 1993 foram momentos importantes para o serviço social brasileiro no enfrentamento de um projeto societário pautado na exploração do homem e da natureza.

Outro momento importante desse processo foi a elaboração das atuais diretrizes curriculares para o curso de serviço social - propostas inicialmente pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) - em 1996 e revistas em 1999. Essas diretrizes foram fruto de um amplo e diversificado debate acadêmico, onde se reconheceu o serviço social como especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão sócio técnica do trabalho social, o que supôs afirmar o trabalho como elemento fundante da constituição da sociabilidade humana.

No entanto, a proposta de currículo mínimo foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, algo relacionado à eleição de governos liberais no Brasil e no exterior; algo que exigiu da categoria profissional, nas várias frentes de representação, uma resistência política e acadêmica, no sentido de reforçar uma proposta diante de uma contradição básica da sociabilidade capitalista: a igualdade jurídica dos “cidadãos livres” ou dos “cidadãos de bem” é inseparável da desigualdade material derivada de uma forma social onde o que conta é a valorização ilimitada de cada esfera da vida social.

Dentre os três núcleos de fundamentação que compõem a organização curricular, o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira traz para o serviço social a necessidade do conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural do Brasil, articulando esse conhecimento com as particularidades da história nacional.

Este artigo apresenta algumas reflexões realizadas no projeto de pesquisa, a partir do estudo das particularidades da formação social brasileira. O estudo de alguns autores nos faz afirmar que o momento contemporâneo, pelo qual passa o país, reflete, em sua singularidade, uma opção da burguesia nacional, que fez do subdesenvolvimento um projeto de país.

2 - Elementos da formação social brasileira: algumas indicações teóricas.

Há um diálogo, descrito por Martins (2011), muito significativo, que nos ajuda no entendimento da história da nossa formação social. Na obra *Il Gattopardo*, Giuseppe Tomasi di Lampedusa mostra o diálogo entre o príncipe e seu sobrinho, Tancredi. Diante do temor do seu tio, diante de sua adesão à Itália unificada pela Casa de Savoia, do Piemonte, o jovem herdeiro Tancredi diz: “Se queremos que tudo permaneça como está, é preciso que tudo mude”.

Essa forma de entender o processo de unificação italiana e o início de sua transformação num país moderno, aplica-se também a muitos países periféricos e dependentes, que entraram no mundo moderno antes de terem passado por uma transformação profunda e radical, como é o caso do Brasil.

O processo de modernização do Estado brasileiro e da sociedade como um todo se dá no marco da tradição e da ordem. Isso significa que as “transformações” não se baseiam em rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. Ou seja, o novo, o moderno aparece sempre como um desdobramento do velho, um processo denominado “modernização do arcaico ou arcaização do moderno”.

Foi na base de um Estado não igualitário e patrimonial que se efetivaram as principais mudanças na nossa história: foi o rei de Portugal que suspendeu o regime de sesmarias e, posteriormente, no século XIX, o imperador implantou a Lei de Terra, como forma de impedir os colonos livres e os escravos libertos de terem acesso à terra; foi o Príncipe herdeiro da Coroa portuguesa que proclama a nossa Independência; a abolição dos escravos aconteceu com o apoio dos senhores de engenho; a proclamação da república e, na sequência, a Revolução de 30 aparecem como um arranjo de classes nas estruturas de poder; o golpe civil-militar em 1964 e a transição para um governo civil em 1985 acontecem através uma “transformação pelo alto”, sem a participação das massas populares.

O que observamos é que, na história da formação social brasileira, a ideia de que “é necessário transformar para que as coisas permaneçam como estão” se transformou num caminho seguido pelo país e por vários países periféricos e dependentes para a entrada no mundo moderno; uma entrada que não exigiu uma transformação profunda e radical das elites tradicionais. No caso brasileiro, desde o século XIX, as elites oligárquicas aderiram ao liberalismo sem abrir mão de seus compromissos com a tradição e o latifúndio.

Com afirma Martins (2011), somos, estruturalmente, “uma sociedade de história lenta”, ou seja, uma sociedade arcaica mediatizada pelo moderno, que tolhe, no desenvolvimento, a possibilidade de superação das desigualdades estruturais.

É o Brasil moderno pagando propina ao Brasil arcaico para se viabilizar e na mediação dessa promiscuidade definindo-se na singularidade que lhe é própria, a singularidade de um país que não fez propriamente revoluções históricas, senão pela metade ou inconclusas. (MARTINS, 2011, p. 8)

Nesse processo, o que nos chama a atenção é que a inserção do Brasil no modo de produção capitalista traz, ao mesmo tempo, um capitalismo que concilia processos econômicos de ponta, de alta ciência e sofisticada tecnologia, com relações servis de trabalho, que vão até o limite da escravidão.

Nessa linha de argumentação, os estudos de Caio Prado Junior nos permitem entender este desenvolvimento contraditório e dependente. Para o autor, a colonização do Brasil é produto direto da expansão ultramarina europeia. Como afirma Caio Prado (1986), “a expansão marítima dos países da Europa, depois do século XV [...] se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países” (p. 21). Para o autor, é só a partir desse fenômeno maior que se pode entender a experiência particular da colônia brasileira.

É essa sociedade mercantil, que se formará nos trópicos é que faz de nós, segundo Caio Prado, um tipo de sociedade inteiramente original; isso significa que é a partir do objetivo mercantil e em função dele que a colonização estabelece seus objetivos.

Nesse contexto, diferentes elementos estarão presentes numa organização social original, que obedecerá ao seguinte imperativo: fornecer produtos primários à metrópole. Segundo a análise de Ricupero (2000), “cria-se, a partir daí uma totalidade, a Colônia, espécie de corpo social subordinado a outro corpo social, a Metrópole” (p. 139).

Refletindo sobre a formação social brasileira, Caio Prado afirma que a nossa estrutura social, organizada a partir da grande exploração rural, é extremamente simples, pois:

Reduz-se em suma a duas classes: de um lado os proprietários rurais, a classes abastada dos senhores de engenho e da fazenda; de outro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Da simplicidade da infraestrutura econômica - a terra, a única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola - deriva a da estrutura social: a reduzida classe de proprietários, e a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida. (PRADO JUNIOR, 1986, p. 28-9).

Um dado importante na análise do nosso autor é que ele identifica o Brasil como plenamente capitalista. Isso permite, por exemplo, pensar os caminhos (ou vias) pelas quais o capitalismo se desenvolveu em nosso país e a sua constituição na contemporaneidade. A formação econômico-social da era colonial é identificada por ele como um escravismo

mercantil fundado na grande exploração rural, produtora de valores de troca para o mercado internacional.⁸

É significativa a análise de Coutinho (1990) que, ao pensar a imagem do Brasil na obra de Caio Prado, recupera a diversidade de vias de cada estrutura social na transição para o capitalismo. Segundo Coutinho, Lênin identifica duas vias neste processo de transição: a “americana” (ou “clássica”) e a “prussiana”. A via “clássica” ou “americana” supõe uma radical transformação da estrutura agrária, onde a propriedade pré-capitalista é destruída, convertendo-se em pequena exploração camponesa; neste processo, a velha classe rural é eliminada, bem como as formas de exploração econômica que a mantinha no poder.

Na “via prussiana”, os proprietários rurais se transformam em capitalistas, ou seja, a base material que permite a dominação e a exploração do trabalho - a grande propriedade rural - se adapta progressivamente à extração do valor. Essa empresa rural se converte, de forma conservadora, em empresa capitalista, onde se mantêm as formas de trabalho fundadas na coerção extra-econômica e na dependência pessoal.

Caio Prado percebe este movimento, onde as mudanças da nossa estrutura agrária não acontecem pela “via clássica”, pois não há uma supressão da grande propriedade rural. Ao se referir a nossa estrutura agrária, Caio Prado afirma:

A situação do Brasil se apresenta de forma distinta, pois na base e origem de nossa estrutura e organização agrária não encontramos, tal como na Europa, uma economia camponesa, e sim a grande exploração rural que se perpetuou desde o início da nossa colonização e se adaptou ao sistema capitalista de produção através de um processo ainda em pleno desenvolvimento e não inteiramente completado (sobretudo naquilo que mais interessa ao trabalhador), de substituição do trabalho escravo pelo trabalho juridicamente livre [...] outra é a situação do Brasil, onde o que vem ocorrendo, depois da abolição do trabalho escravo em 1888, e a adaptação da grande exploração rural ao regime do trabalho livre, o que ainda não se completou integralmente, sobretudo acentuados traços servis - que vêm sendo assimilados, embora erroneamente, como já se notou, a pseudo “restos feudais”. (PRADO JUNIOR, 1987, p. 158).

⁸ É importante salientar esta interpretação de Caio Prado. Sua posição ao afirmar que o Brasil “nasce capitalista” veio de encontro ao modelo interpretativo da III Internacional e do Partido Comunista Brasileiro – algo que, inclusive, contribui para o isolamento de Caio Prado do partido ao qual dedicou grande parte da sua vida – que colocava a ideia de que o Brasil foi feudal ou semifeudal, que necessitaria de uma revolução agrária e anti-imperialista para se tornar moderno e capitalista. Pelo contrário, o Brasil se moderniza sem ter realizado a reforma agrária ou uma revolução democrático-burguesa. Ao se referir a esta autonomia intelectual de Caio Prado, Ricupero faz a seguinte observação: “É inclusive esse questionamento do pretérito passado feudal do Brasil um dos fatores que mais contribuiu para ao isolamento de Caio Prado no partido ao qual se dedicou os melhores anos de sua vida: o PCB. Caio, em compensação, deu provas, assim, de *independência intelectual*, além de mostrar que, diferentemente da maior parte de nossos comunistas, *possuía a rara capacidade de sabe ir além das aparências*, (G.M.) captando realmente o que foi a essência da Colônia brasileira”. RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 150.

Se Caio Prado é um dos primeiros historiadores brasileiros a utilizar categorias marxistas para a análise da nossa formação social, outro autor importante analisado na pesquisa foi o historiador Sérgio Buarque de Holanda. A publicação, em 1936, da obra *Raízes do Brasil*, inaugura, na tradição da historiografia, o olhar sobre a formação da cultura nacional, cujo objetivo é a compreensão da identidade nacional.

A questão que nos parece significativa no historiador paulista é a identidade nacional. Pensar a formação social do Brasil passava, antes de tudo, por nossas particularidades e por um projeto de nação que foi imposto pela cultura europeia e suas instituições, algo totalmente alheio à realidade nacional.

A preocupação do autor em definir as particularidades da identidade brasileira aparece, em *Raízes do Brasil*, em duas figuras fundamentais: o homem aventureiro e o homem cordial. Enquanto a metáfora do aventureiro remete ao colonizador lusitano - seria aquele aventureiro que na “sua ânsia de prosperidade sem custos, de títulos honoríficos e riquezas fáceis, tão notoriamente características de nossa terra” -, o homem cordial corresponderia à herança de práticas patriarcais, ligadas ao meio rural, no desenvolvimento do Estado nacional do século XIX. O homem cordial seria a síntese da identidade nacional, aquele que vive ao sabor das paixões e é dominado pelo coração.

Segundo Sérgio Buarque:

No Brasil, onde imperou, desde os tempos mais remotos, o tipo primitivo de família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização - que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a defesa da influência das cidades - ia acarretar o desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos até hoje. [...] para o funcionário ‘patrimonial’, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede ao verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções públicas e o esforço para assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. (HOLANDA, 1982, p. 106).

Para o autor, o homem cordial seria incapaz de pensar a “coisa pública”, pois só se sente “em casa” no seio da família patriarcal. O que o autor quer chamar a atenção é que tal disposição afeta diretamente a condução da coisa pública, pois o que prevalece são os interesses particulares.

Para o historiador paulista, o brasileiro não consegue construir no seu cotidiano um sentimento de impessoalidade. Os traços do atraso, que aparecem em Caio Prado e José de Souza Martins como elementos importantes na explicação da forma como se deu a inserção do país no modo de produção capitalista, em Sérgio Buarque, a cordialidade aparece como uma realização da cultura ibérica; são as características dessa identidade

nacional que permitem compreender a forma de exploração colonial, como se realiza o sentido da colonização, ou seja, uma empresa mercantil voltada para a produção de gêneros de alto valor no comércio internacional.⁹

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil colocou para o serviço social novas forma de intervenção, ou seja, a profissão vai responder aos novos padrões empreendidos por esta forma social, em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho. Nesse processo, as análises do professor Florestan Fernandes são necessárias para o entendimento das particularidades da formação social brasileira.

Para o autor, as disparidades, desigualdades e contradições colocam-se como momentos centrais das relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica que produzem e reproduzem a sociabilidade burguesa.

Além da cuidadosa análise das três matrizes clássicas do pensamento sociológico: o método funcionalista sistematizado por Durkheim; o método weberiano das tipologias sociais; e o método dialético, desenvolvido por Marx, - onde se destaca a apropriação que o serviço social brasileiro faz dos métodos funcionalista e dialético para a apreensão da realidade social -, para Florestan, a peculiaridade da “revolução burguesa” no Brasil tem suas raízes na escravidão, compreendendo as condições sob as quais se deram a abolição do trabalho escravo e a proclamação da República.

O que nos chama a atenção - e isso será um elemento recorrente na nossa história - é que essa “revolução” exclui o trabalhador livre, o negro, o mulato, o índio e o imigrante do acesso ao poder político, às conquistas econômicas e à consolidação de uma democracia de fato.

A revolução burguesa tem como marca o desenvolvimento lento e contraditório, sempre pelo alto, excluindo ou limitando bastante as conquistas democráticas que possam representar qualquer ameaça à ordem. É um processo social de larga duração histórica, alongando-se por décadas, com frequente surtos, que o autor chama de uma “contrarrevolução permanente”.

⁹ É significativo ressaltar que algumas obras citadas até aqui são de um período histórico significativo para o serviço social no Brasil, pois dizem respeito a conjuntura de surgimento da profissão: a *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado tem a sua primeira edição publicada em 1942; *Evolução política do Brasil. Colônia e Império* e *História econômica do Brasil*, ambas do mesmo autor, são publicadas em 1933 e 1945, respectivamente; *Raízes do Brasil* de Sergio Buarque de Holanda tem sua primeira edição publicada em 1936. O que vamos observar é que nos conteúdos abordados nos primeiros cursos de serviço social, não há qualquer referência a estas obras, algo que, no nosso entendimento, é perfeitamente explicável, numa conjuntura em que a profissão é chamada a dar respostas imediatas a refrações da questão social no Brasil e as matrizes teóricas que influenciam a profissão se pautavam pela influência norte-americana.

O grande paradoxo para Florestan está no fato de que a “revolução nacional” não se transformou numa mudança estrutural, nem concorreu para forjar ideias de autonomia que rompessem com o padrão escravista e colonial; mas, antes, consolidou a grande lavoura (e o latifúndio) como polo dinâmico da economia.

Para o nosso autor:

Aí estava uma revolução demasiado complicada e difícil, não por causa do elemento oligárquico, em si mesmo, mas porque era preciso extrair o *ethos burguês* do *nomos* patrimonialista em que ele fora inserido, graças a quase quatro séculos de tradição escravista e de um tosco capitalismo industrial. (FERNANDES, 1987, p. 312).

Nisso consistiu a nossa revolução dentro da ordem. O golpe de 64 - para muitos, um “simples movimento” - foi a materialização desse processo (sempre) inconcluso. Sob esse aspecto, o golpe de Estado de 1964 - e, cinquenta anos depois, o golpe de 2016 - são a face de larga duração histórica, pois ele restaura e redefine, em novas bases materiais, a marca da nossa tradição política: “ façamos a revolução antes que o povo a faça”.

Assim se desvenda para Florestan, o caráter da nossa revolução no século XX: uma sociedade dominada pelo autoritarismo e pela segregação racial, onde, sempre, em diferentes momentos da conjuntura, está presente uma espécie de “contrarrevolução permanente”.

3 - Considerações Finais.

Nas discussões empreendidas pelo projeto de pesquisa que desenvolvemos, observamos que a década de 1990 representou um momento de amadurecimento na reflexão crítica do Serviço Social.

A elaboração das diretrizes curriculares em 1996 foi a materialização de uma proposta curricular que levava em conta a dinâmica social frente ao processo de mundialização do capital. Essas diretrizes, coletivamente construídas, conformaram um projeto ético-político-profissional claramente comprometido com a formação de um profissional crítico e propositivo na implementação das políticas sociais, em consonância com os anseios e necessidades da população, marcada pela agudização da pobreza.

Os estudos da formação social brasileira nos remeteram a constituição econômica, social e política dessa realidade bastante peculiar, onde estão presentes, pelo menos, dois traços marcantes, tanto no meio rural, quando no meio urbano: o baixíssimo padrão de vida do produtor direto e o horror das elites às massas populares.

O que observamos é que o Brasil evolui de uma situação colonial originária, através do Império e das várias repúblicas, até a consolidação de um capitalismo plenamente desenvolvido sem nunca ter experimentado uma revolução. Diferentemente de alguns países, onde a transição para o capitalismo seguiu um caminho clássico, ou seja, há uma quebra das formas de manutenção do trabalho fundados na coerção extra-econômica e de dependência pessoal, o Brasil se adapta conservadoramente ao capitalismo. Ao comparar o Brasil com a Alemanha, Coutinho faz a seguinte observação:

Ao contrário desse país, o que no Brasil se adaptou 'conservadoramente' ao capitalismo não foi um domínio rural de tipo feudal, mas sim uma forma de latifúndio peculiar: uma exploração de tipo colonial (ou seja, voltada desde as origens para a produção de valores de troca para o mercado externo) e fundada em relações escravistas de trabalho. (COUTINHO, 1990, p. 171-2).

A solução desse impasse fez com que a burguesia brasileira fizesse do subdesenvolvimento um projeto para o país. O golpe civil-militar de 1964 e os golpes posteriores - e aqui nos referimos, especificamente, ao golpe de 2016, onde uma presidente legitimamente eleita é retirada do poder - apenas consolida esse espectro conservador.

Segundo a interpretação de Marini (2012), pensar a história do desenvolvimento latino-americano - e o caso brasileiro é bastante peculiar - é pensar a história do desenvolvimento do capitalismo mundial, ou seja, as classes dominantes no Brasil optaram, sem nenhum problema de consciência, pelo caráter dependente da nossa formação social.

Entendemos que celebrar os "40 anos do Congresso da virada" é reafirmarmos os princípios fundamentais expressos no código de ética profissional - que em 2018 fez vinte e cinco anos de sua promulgação - que coloca, entre outros elementos, a construção de uma nova ordem societária.

Como os tempos atuais não são de normalidade, mas de consolidação do estado de exceção e de demência como formas de governo, (talvez) conhecer e dar nome às coisas monstruosas presentes na nossa realidade seja uma caminho fecundo para a superação da barbárie que nos cerca.

4 - REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Brasília, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*. Ensaio sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 3ªed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. 23ªed. *Raízes do Brasil*. 23ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, José de Souza. *A Política no Brasil*. Lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. *O poder atraso*. Ensaio de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária*. 4ªed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Evolução política do Brasil*. Colônia e império. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.